

regras ali estabelecidas devem ser integralmente respeitadas, haja vista que tem força normativa de lei.

Marçal Justen Filho¹ discorrendo sobre o princípio assim nos ensina:

“O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo seja quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento de qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública”.

Estamos fazendo questão de levantar essas palavras iniciais, haja vista que ser efetuado o julgamento da documentação de habilitação da sociedade empresária ASMAR & FURTADO Ltda., não foi observado atentamente as regras estabelecidas no edital de licitação, fazendo com que fosse proferida uma decisão afastada da legalidade não contemplando o que foi estabelecido no instrumento convocatório.

Assim, passemos um a um, os motivos que nos levaram ao presente recurso administrativo e que são objeto de nossa intenção de recurso:

PROPOSTA APRESENTADA NÃO AJUSTADO AO LANCE FINAL

De acordo com a cláusula 9.15.1 do Edital de Licitação, o proponente vencedor deveria ter enviado para a CESAMA a sua proposta ajustada ao preço final de R\$ 341.000,00 (trezentos e quarenta e um mil reais), quando na realidade apresentou proposta com o valor de R\$ 340.866,00 (trezentos e quarenta mil oitocentos e sessenta e seis reais), contrariando a disposição contida no edital de licitação, fazendo com que assim tivesse descumprido as normas do instrumento convocatório.

E, mais, fazendo uma leitura da ata do pregão, encontramos uma informação de que o valor constante da proposta enviada teria sido negociado com o proponente vencedor. Como poderia isso ter acontecido, em se tratando de um pregão eletrônico, em que ao proponente teve duas horas para enviar sua proposta e somente a partir de então que a CESAMA teria tido acesso a essa informação. Como poderia ter havido negociação ainda dentro do período

1 JUSTEN FILHO. Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Ed. Revista dos Tribunais. 16ª ed. pág. 764.